



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Brito Cardoso, Raquel; Figueiredo Leggerini, Ângela de
Desenvolvimento comunitário: uma experiência de parceria
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 10, núm. 1, 1997, p. 0
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18810113>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Desenvolvimento comunitário: uma experiência de parceria ¹

Raquel Cardoso Brito^{2,3}
*Ângela Leggerini de Figueiredo*⁴
Pontifícia Universidade Católica - RS

Resumo

O presente artigo descreve espaços de ação em que psicólogos comunitários e assistentes sociais tiveram uma experiência de trabalho em desenvolvimento comunitário, dentro de uma comunidade carente, em Porto Alegre, Brasil. O trabalho realizado em parceria com lideranças comunitárias teve como objetivos: incentivar a participação comunitária no planejamento das ações, determinar prioridades, definir e aplicar recursos da comunidade. A partir do enfoque da Psicologia Social Comunitária (Freitas, 1996) foi possível a aproximação do agente externo, sem a perda da noção de cidadania (direitos e responsabilidades da comunidade) e fundamentalmente o respeito às diferenças entre visão acadêmica e a realidade da população da comunidade em questão. Acredita-se que experiências como essa podem ser aplicadas com sucesso em outros âmbitos, se o psicólogo aborda a comunidade com uma visão ampla e realística do trabalho que ele pode e deve fazer.

Palavras-Chaves: desenvolvimento comunitário, parceria, cidadania.

Community development: an experience of partnership

Abstract

The present paper describes actions which community psychologists and social workers undertook when acting as consultants for community development in a very poor neighborhood in Porto Alegre, Brazil. The work addressed questions regarding community participation in planning actions, determining priorities, defining and using common resources. Postulates of Social Community Psychology (Freitas, 1996) were employed to approach external agents without loss of basic community rights and responsibilities) and with respect for the differences between academics and life reality of the community. We believe that actions like those can be undertaken with success in other settings, if the psychologist approaches the community with a broad and realistic view of the work that could and should be done.

Key Words: Community development; partnership; citizenship.

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Este trabalho consiste em um relato de experiência de assessoramento em desenvolvimento comunitário ao Comitê de Desenvolvimento Urbano Prorenda/RS, da microrregião Mato Sampaio/Fátima, desenvolvido em parceria com líderes comunitários. O Prorenda/RS, é um acordo de cooperação entre os governos do Rio Grande do Sul e da Alemanha (representado pela GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), que foi implantado pela METROPLAN - Fundação Metropolitana e Regional de Planejamento, 1990. Este programa tem como objetivos: capacitar as Associações de Moradores e outros grupos comunitários no sentido da autogestão para o gerenciamento do processo de desenvolvimento social da região; trabalhar para a transformação das Vilas em Bairros, trazer melhorias físicas (esgoto, asfaltamento das ruas e etc) e sociais (gabinete odontológico, mobilização comunitária, etc.) a partir de decisões tomadas pela comunidade (planejamento participativo), no que diz respeito a diretrizes, procedimentos operacionais, prioridades, definição e aplicação de recursos.

Este projeto vem sendo desenvolvido em cinco microregiões, Restinga Velha, Maria da Conceição, Medianeira Tronco, Campo da Tuca e Mato Sampaio - Fátima, onde vem sendo realizado o trabalho a seguir discutido, com a participação de técnicos e estagiários da Psicologia e do Serviço Social.

A Psicologia, de acordo com Freitas (1996), aparece no cenário desta experiência a partir da Psicologia Social Comunitária, que privilegia o trabalho com grupos, nos quais colabora para a formação e incremento da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual, as quais são baseadas em regras eticamente humanas.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi importante voltar-se para a idéia de cidadania, constituída, fundamentalmente, por duas esferas básicas: direitos e responsabilidades. Para Arendt e Lefort (em Jelin, 1994), o movimento básico que deve ocorrer para o início da busca da cidadania é a percepção de que se *tem direito a ter direitos*. Jelin (1994) afirma que, aos poucos, foi-se perdendo a noção de que fazemos parte de um contexto, uma comunidade, e que, devido a nova situação global, que possui um caráter individualista, é cada vez mais difícil ser resgatada esta consciência de que se tem direitos, e de que pode-se e deve-se lutar por eles.

Pode-se pensar, então, que para um indivíduo tornar-se um cidadão deve possuir um sentimento de pertencimento à uma comunidade, na qual tem função e papel específicos dentro da coletividade, mantendo sua própria subjetividade. *"Por sua vez, a cidadania em seu duplo sentido (os direitos e as responsabilidades) entra em conflito com o processo de emergências autônomas, manifestando-se então a intrínseca impossibilidade de conciliar os ideals de criação de sujeitos autônomos e de uma comunidade mais justa."* (Rorty em Jelin, 1994, p. 46)

Verifica-se que, através do processo recente de democratização do país, está existindo uma maior participação popular no sentido de luta por direitos (como o movimento das diretas ou o *impeachment* de Collor), mas, mesmo assim, existe por trás destes movimentos outras molas propulsoras que não se limitam ao exercício da cidadania por consciência. Observa-se que, até quando o povo vai às ruas, ainda assume uma posição de subordinação, pois depende de decisões superiores às quais não tem acesso e submete-se à pressões externas, como por exemplo a mídia. Desta forma, mesmo com o fim da ditadura, o povo continua assumindo uma postura de submissão, à espera de um salvador que lhe dê todos os direitos dos quais foi privado ao longo do processo ditatorial.

É necessário ter-se presente que só existirão cidadãos a partir do momento em que forem conquistados espaços políticos e sociais, quando for realmente possível entender *que não se faz para o povo e sim com o povo*. A postura predominante nas comunidades, atualmente, é a de "pedinte", ou seja, pede aquilo que lhe é negado ou foi tirado e espera que algum líder "bom" REVISTA DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL / PUERTO ALEGRE, BRASIL

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Ihe ouça, não tendo consciência da segunda esfera da cidadania que é responsabilizar-se pelos seus direitos.

Como se dá esta conscientização? Para Jelin (1994) o fundamental é que se aprenda estratégias coletivas, aumentando a auto-estima da comunidade, sem esquecer-se que todo o aprendizado social necessita de um espaço público para sua expressão. Deve-se ter em mente, também, as duas esferas distintas da cidadania, para que, com isso, possa existir um processo de aprendizado de direitos e responsabilidades e a criação de um quadro institucional democrático.

Assim, a cidadania e o processo comunitário incluem a delimitação de espaços próprios de ação e reconhecimento do outro, ou seja, quais são os meus direitos e quais são as minhas responsabilidades com os demais. Isto pode tornar-se viável através da formação de espaços alternativos, que segundo Neumann (1990) são aqueles que são feitos com alguém e não para alguém. Estes espaços alternativos podem, através da resistência, da oposição e da solidariedade, segundo Jelin (1994), tornarem-se fonte de aprendizado comunitário para a transformação. Com isto, o ideal exercício da cidadania implica ainda, numa transição do discurso democrático, que permeia nossa sociedade, para uma efetivação de um processo democrático, onde o poder de decisão seja realmente distribuído, legitimando a atuação dos atores sociais e com isso, distribuindo o poder.

Segundo Neumann (1990), o principal problema do resgate da cidadania numa sociedade capitalista como a nossa, é a massificação que se dá através dos meios de comunicação predominantes (TV, Rádio, Jornal). Na sua visão, estes procuram padronizar o comportamento dos indivíduos formatando-os. Como consequência deste fenômeno as pessoas encontram cada vez mais dificuldades de comunicarem-se, diminuindo seus espaços de relação e participação, impossibilitando também, a formação de espaços alternativos.

Desta maneira, algumas opções para tentativa de um resgate da cidadania emergem. Para Marcondes Filho (1986), um grupo só passa a tornar-se uma comunidade quando possui um meio de comunicar-se entre si, para que seus membros mantenham-se ligados e retome-se a intercomunicação, através de meios de comunicação alternativos. Estes servirão como um elo de ligação entre as pessoas de um mesmo grupo, orientando uma ação comunitária organizada, para conseguir-se alcançar, realmente, a democracia e com isso retomar o verdadeiro sentido de comunidade.

Neste sentido, revisitamos o conceito de Comunicação Alternativa, proposto por Neumann (1990), que caracteriza-se por ser um projeto de participação popular, com intenções sócio-políticas de transformar o contexto social. Isso não quer dizer que tenha que, necessariamente, ser um movimento de oposição ao vigente, mas que seja um instrumento de transformação social e de inquietação, que proporcione a passagem do individual para o comunitário. A grande diferença entre a Comunicação Formal e a Alternativa é que a segunda é feita *com* a comunidade e não *para* a comunidade. Restringe-se à realidade desta, usando sua própria linguagem e sendo feita pelos próprios atores sociais que a freqüentam, perdendo, assim, a característica de massificante.

A partir destas considerações depara-se, então, com a questão da inserção de agentes externos na comunidade. Ao inserir-se num contexto social, segundo Neumann (1990), encontra-se vários empecilhos. Esses vêm desde a linguagem até a noção de conceitos e valores que já é intrínseca a cada realidade. Além disso, voltando a Jelin (1994), tende-se muito a repetir o modelo social proposto (no caso paternalista), reforçando na comunidade a atitude de dependência, sem realmente tentar buscar a retomada da cidadania (direito/responsabilidade).

Segundo Vidal (1991), o principal papel do Psicólogo Comunitário é de mediador. O psicólogo comunitário é aquele que pode entrar em uma comunidade e colocar-se em contato com as várias partes existentes nela, sem ter que julgar ou posicionar-se a favor de alguma. Podendo com isso, ocupar uma posição neutra que o possibilite exercer um papel de facilitador da comunicação entre estas partes.

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Esvazia-se, ainda, com um sistema social já montado onde o papel do agente externo não consta, ou já está desacreditado, o que provoca desconfiança, curiosidade e até mesmo o medo da comunidade com respeito ao que pode ser feito por ele. Neumann (1990) infere que, para que exista um trabalho realmente com as Comunidades populares é necessário que se assuma a causa, as lutas e a vida do Povo. A causa, no sentido de poder penetrar naquela realidade conseguindo dar-se conta do que ali é prioritário, e mantendo a consciência das diferenças entre agente-comunidade. As lutas do Povo, compromissando-se verdadeiramente com a da comunidade, fortificada em poder perceber que alguém de outra classe e realidade está a seu lado, servindo, muitas vezes, até mesmo como uma referência. E a vida do Povo, que é realmente permitir que se crie um espaço onde possam existir trocas recíprocas, independentemente das diferenças, não negando-as, mas percebendo-as e respeitando-as.

Desenvolvimento do Trabalho

A partir do trabalho realizado pela equipe do Campus Aproximado da PUCRS, que é uma unidade de saúde na Vila Nossa Senhora de Fátima, em Porto Alegre (com um tripé de funcionamento baseado no ensino, na pesquisa e na prestação de serviços à comunidade; da qual fazem parte, psicólogos, assistentes sociais, médicos, dentistas e psicopedagogos), começamos a perceber que a comunidade não tinha um conhecimento mais abrangente dos recursos existentes na região.

Nas reuniões no Campus, com o objetivo de integração dos técnicos com a comunidade, houve a primeira aproximação da equipe da Psicologia e do Serviço Social com os líderes comunitários, que estavam à frente do Prorenda. Passou-se, então, a desenvolver uma atividade em conjunto que visa suprir a necessidade de fazer com que a comunidade se aproprie dos recursos ali existentes e que seus membros tornem-se mais conscientes e participativos. Começa oficialmente o nosso trabalho de "parceria" com o Comitê de Desenvolvimento Urbano Prorenda.

Realizaram-se reuniões iniciais para a integração dos envolvidos e o conhecimento do trabalho do Prorenda. Levantaram-se algumas características do trabalho realizado junto à população daquela região, tais como, uma desmotivação dos moradores em sua participação, muitas vezes justificada pelo desconhecimento dos recursos da região, um grande descrédito destes em relação aos líderes comunitários e, ainda, um certo cansaço dos próprios líderes.

A partir disto, uma preocupação básica fez-se presente: como pode-se ajudar a mudar este quadro? Como entrar aí? Pensamos que a melhor forma de começar a realizar um trabalho visando a conscientização e participação popular era a divulgação dos recursos existentes. Mas, como fazer esta divulgação? Para chegar à comunidade teria-se que fazê-lo através de seus próprios membros e de acordo com seu próprio jeito, que, com certeza, era diferente de nossa visão acadêmica.

Passou-se a pensar em um informativo no formato de um jornal alternativo, que seria escrito com participação aberta à comunidade, tentando fazer deste periódico, um veículo interessante e próximo da realidade da Vila. Iniciou-se, assim, a luta pelo jornal. Conseguiu-se a articulação para a consecução das folhas e da impressão para a primeira edição, através do fundo comunitário do Prorenda e da PUCRS. O jornal teria uma folha e duas páginas. Sua tiragem era, a princípio, bimestral (dezembro/janeiro), com o intuito de tornar-se mensal, com 1000 exemplares.

A distribuição do jornal realizaria-se em reuniões da sala de espera do Campus juntamente com a projeção de um vídeo que conta a história do projeto Prorenda em Porto Alegre. Também seriam realizadas reuniões relâmpagos (chamar as pessoas de dentro de suas casas para rua para através de uma conversa informal distribuir e falar sobre o jornal) e se daria outros exemplares para os demais órgãos de representação comunitária para que eles também pudesse fazer a distribuição. Definiu-se, ainda, que sempre deveriam estar, tanto nas salas de

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

espera como nas reuniões relâmpagos, pelo menos um membro do Campus e um do Prorenda, para com isso tentar-se preservar o nosso objetivo de integração e entrosamento entre agentes externos e internos.

Para avaliar a eficiência do jornal e para realizar uma aproximação entre este e a comunidade, lançou-se um concurso para a escolha do nome do jornal, no qual o Campus forneceu o prêmio (uma cesta básica). No concurso participaram 28 moradores e o nome escolhido, em votação aberta foi "O GRITO DA COMUNIDADE". A partir disso iniciou-se a procura de uma forma de conseguir imprimir o jornal com uma maior qualidade, e de uma maneira que a comunidade participasse efetivamente na produção do mesmo. Abriu-se, então, um espaço para propaganda de estabelecimentos comerciais da região.

Passou-se a perceber uma maior procura, no escritório do Comitê de Desenvolvimento Prorenda, por informações a respeito do Projeto e do Jornal, bem como para entregar matérias para este último. Conseguiu-se obter uma maior participação dos moradores nas reuniões de estabelecimento de prioridades para a região.

A partir da terceira edição o jornal passou a ser mensal, com maior participação da comunidade e da própria equipe do Campus e também da paróquia. Com o aumento da participação da comunidade na execução do jornal, abriu-se o espaço para que novas discussões se estabelecessem, não mais apenas divulgações de recursos da comunidade que já passaram a ser mais utilizados pela mesma. Além do jornal, primeira meta estabelecida, surgiram, desta atividade outras necessidades emergentes da proposta inicial de retomada da cidadania. Tais como, a criação de um grupo de adolescentes infratores com o objetivo de preparação para o trabalho, participação nas reuniões do Fórum do Prorenda (reunião da qual participam a diretoria dos cinco comitês Prorenda de Porto Alegre), participação na organização de uma cooperativa de moradores e participação nas reuniões da CLIS (Conselho Local de Saúde). Pretendemos com isso, que a comunidade desenvolva sua capacidade de auto-gestão.

Apreciação Crítica da Parceria

A experiência de trabalho junto ao Prorenda, apesar de já ter mais de um ano, durante a elaboração deste relato, sempre parece nova, não só nas demandas que emergem, mas também nos sentimentos que suscita.

O papel que é desempenhado, semeando um estado de desconforto, que mobilize para a ação e para mudança, faz com que as pessoas pensem em como estão vivendo, e no que podem fazer para exercerem seus direitos e responsabilidades. Também nos remete às questões que nos movem no sentido de estabelecer objetivos. Será que somos cidadãos? Será que podemos ensinar? O que temos para ensinar?

Estes questionamentos fazem surgir uma necessidade de repensar sobre nossos próprios valores e conduta. Começamos a constatar que o nosso trabalho seria muito mais a partir de trocas, do que de uma ajuda vertical, onde apenas reproduziríamos o modelo social em uma dimensão menor. O conhecimento acadêmico passou a ser valorizado de uma nova forma: no sentido de nortear nossas ações, ajudar no estabelecimento de objetivos e nos dar subsídios para uma inserção efetiva na comunidade. Esta mudança nos mostrou o que temos para aprender.

A realidade é sempre diferente, mais dinâmica do que nos é apresentada em livros. Apenas tendo consciência disto, é que podemos acreditar numa transformação possível de acordo com as bases reais. Existe muito mais a ser trabalhado em uma comunidade do que a modificação de sua prática de receber, tendo o técnico que estar disponível a ouvir o que a comunidade tem a dizer e estabelecerem juntos as metas a serem alcançadas. Esta prática pode gerar muitos

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

sentimentos até mesmo antagônicos, como satisfação - frustração, medo- confiança e pena- raiva.

A princípio sabíamos que um tipo de Comunicação Alternativa poderia facilitar nossa inserção, as relações já estabelecidas e as que viriam a ser estabelecidas. No entanto, no primeiro Jornal não passamos de um grupo realizando uma tarefa. Assim, extinguimos qualquer perigo de "contato", pois ainda não tínhamos desenvolvido uma disponibilidade que nos permitisse ouvir e respeitar os limites e o tempo da comunidade. Contudo, juntos concluímos que a divulgação teria de ser realizada em conjunto, afinal havia uma tentativa de sermos um grupo. A partir desta experiência conjunta, pudemos perceber o que a literatura (p.ex. Moscovici, 1991 e Montero, 1994) nos diz a respeito de ouvir o Povo e estimular a conscientização através de sua realidade.

No segundo número então, romperam-se os limites formais e um trabalho conjunto com a comunidade foi realizado. Um jornal que a própria comunidade nomeou: O Grito da Comunidade. O caminho da autonomia na execução deste veículo está sendo trilhado, mas não foi alcançado, ainda, um processo de autogestão comunitária.

Com o tempo, durante as reuniões, conseguíamos estabelecer um diálogo bem mais sincero, aberto e próximo. Surgiu, então, um espaço para discussão das metas do grupo, o que permitiu a caracterização do jornal como um meio e não como fim. A partir disto, começamos uma nova fase, como traz Neumann (1990), já havia se assumido a causa, a luta, e agora estava se entrando na vida da comunidade, ou seja, se estabeleceu realmente uma relação de confiança.

Nesta construção conjunta nos deparamos com muitos obstáculos. Um deles é a barreira que representa a linguagem nas relações, apesar de todos falarmos o mesmo idioma, cada local tem formas específicas de comunicar-se. É necessário uma compreensão destas especificidades para existir a comunicação. Concordamos com Neumann (1990), quando ele diz que o que nos move é essa utopia de um mundo transformado. Mas acreditamos ser de imensa importância termos, discutirmos, termos supervisão, comunicarmo-nos e principalmente sermos sinceros frente às situações.

Aprendemos, ainda, que o agente de mudança comunitário deve estar disposto a pensar e repensar o seu papel. Tem que deixar de lado alguns clichês e posturas pré-estabelecidas que, com certeza, nos deixam numa posição mais confortável, mas às vezes podem nos atrapalhar ao enxergarmos a realidade. Na verdade aprendemos com as pessoas da Vila que a vida acontece, não podemos prevê-la, mas transformá-la.

Considerações Finais

No começo nossa inquietação estava dirigida para as expectativas com relação à aceitação da comunidade para uma intervenção de agentes externos. Hoje, percebe-se esta equipe como sendo formada por pessoas que participam ativamente do cotidiano da vila, inseridas no seu contexto político e social.

Este trabalho não se resume às atividades descritas. Trata-se de uma tentativa de contribuir para um movimento de transformação social. Temos consciência de que este é o início de uma longa caminhada que busca a conscientização e tenta fazer com que os moradores da Vila Nossa Senhora de Fátima possam realmente ser cidadãos participativos.

A experiência de parceria com a comunidade nos faz pensar, mais uma vez, na importância da soma de experiências e no quanto podemos crescer e mudar com experiências conjuntas. Por fim, acreditamos que esta experiência pode ser aplicada com sucesso a outras comunidades, uma vez respeitadas as especificidades e demandas de cada uma delas. Dessa maneira, neste processo, torna-se imprescindível a identificação dos recursos já existentes na comunidade e a

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

forma como ela se organiza em relação a eles. Cientes disso, estaremos aptos a realizar a inserção do agente externo na comunidade sem sobrepujar sua própria organização.

Referências

Freitas, M. F. Q. (1996). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. Em R. H. F. Campos (Org.). *Psicologia Social Comunitária da solidariedade à autonomia*. São Paulo: Vozes.

Jelin, E. (1994). Construir a cidadania: uma visão desde baixo. *Lua Nova-cultura e política*. São Paulo: CEDGE.

Marcondes Filho, C. (1986). *Quem manipula quem?* Petrópolis: Vozes.

METROPLAN (1987). Contrato e Descrição do Projeto. Fundação de Planejamento Metropolitano. Manuscrito não publicado. Porto Alegre.

Montero, M. (1994). Consciousness raising, conversion and de-ideologization community psychosocial work. *Journal of Community Psychology*. 22 (1), 3-11.

Moscovici, S. (1991). *Psicología Social I - Influencia y Cambio de Actitudes Individuos y Grupos*. Barcelona: Paidós.

Neumann, L. (1990). *Educação e comunicação alternativa*. Petrópolis: Vozes.

Vidal, S. (1991). *Psicología comunitaria*. Barcelona: PPU.

¹ Agradecemos a equipe que desenvolveu esta atividade e a do Campus Aproximado da PUCRS, à Nara Lima e Jorge Sarriera pela supervisão neste assessoramento.

² Endereço para correspondência: Raquel Cardoso Brito. R. Gen. Oliveira Freitas, 66. POA - RS 90810-210. E-mail: rbrito@vortex.ufrgs.rs.

³ Bolsista PET/CAPES-Psicologia/PUCRS

⁴ Estagiárias de Psicologia Comunitária no Campus Aproximado da PUCRS, durante o trabalho